



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL – ÊNFASE EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL)

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO

A apreensão da produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro na graduação dos assistentes sociais portugueses

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho
Olegna de Souza Guedes
Maria Inês Martinho Antunes Amaro

Resumo:

O presente artigo objetiva identificar a presença da produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro nos cursos de graduação (primeiro ciclo) em Serviço Social de Portugal, por meio de pesquisa documental realizada nos currículos das escolas portuguesas. Apesar das históricas interlocuções firmadas entre o Serviço Social português e o brasileiro, o momento atual configura-se como um momento de afastamento entre a formação nos dois países, o que não impede a presença de publicações do Serviço Social brasileiro formação dos assistentes sociais portugueses.

Palavras-chave: Serviço Social, Brasil, Portugal.

Abstract:

This article aims to identify the presence of bibliographic production of the Brazilian Social Service in undergraduate courses (first cycle) in Social Service of Portugal. Based on the relationship between Social Service in the two countries and the historical dialogue between them, mainly from the Protocol of Scientific Cooperation between PUC SP and Portuguese schools in the late 1980s. The current moment is set as a moment of separation between the Social Service in the two countries, however, the publications of Social Service remains present in the training of Portuguese social workers.

Keywords: Social work, Brazil, Portugal.



1. INTRODUÇÃO

As interlocuções firmadas entre o Serviço Social português e o brasileiro se mostram presentes na trajetória sócio-histórica da formação profissional dos assistentes sociais portugueses. Tais interlocuções revelam-se ora mais presentes, ora enfraquecidas. O momento em que essas interlocuções foram mais evidentes se fez no final da década de 1980, com o Protocolo de Cooperação Científica entre a PUC SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e o Instituto de Serviço Social de Lisboa e Porto, o que foi de suma importância para o reconhecimento do Serviço Social como curso de nível superior em Portugal, em 1989. A partir dos anos 2000, principalmente após a adequação dos cursos portugueses ao Processo de Bolonha, essas interlocuções se expressam menos significativas, o que não impede a presença de diversas referências bibliográficas do Serviço Social brasileiro nos currículos dos cursos de Serviço Social em Portugal, em nível de graduação (primeiro ciclo).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A trajetória da formação em Serviço Social em Portugal e a interlocução do Serviço Social brasileiro

A criação das primeiras escolas de Serviço Social em Portugal esteve associada ao contexto sócio-político do Estado Novo da década de 1930, marcado por um modelo de estado autoritário e com particularidades no que se refere ao desenvolvimento capitalista na Europa. Conforme Branco (2009, pag. 62), diferente do que aconteceu nos países democráticos e mais desenvolvidos do mundo ocidental, é o “contexto ideológico e cultural do Estado Novo que vai enquadrar formação e o exercício profissional do Serviço Social, na sua primeira fase de institucionalização”.

A condição semiperiférica de Portugal, o desenvolvimento tardio do capitalismo e a permanência de relações sociais e modos de produção do tipo pré-capitalistas, conferem particularidades aos processos de regulação, com práticas de solidariedade e base familiar em compensação e até substituição às ações do Estado, reforçando o caráter filantrópico e caritativo das bases que antecederam a formação em Serviço Social (MARTINS, 1996)



O marco do processo de institucionalização é a criação do Instituto de Serviço Social de Lisboa em 1935 e posteriormente a Escola Normal Social em Coimbra, em 1937. E mais tarde, em 1956, a criação do Instituto de Serviço Social do Porto, pela Associação de Cultura e Serviço Social.

A regulação dessas escolas pelo Estado aconteceu em 1939 e estabelecia um plano de estudos de três anos, conferindo o diploma e título de profissional de Assistente Social. Neste primeiro momento, de acordo com Branco (2009, pág. 62-63) a formação se constituía com um viés higienista com forte ênfase ao estágio, que era desenvolvido ao longo dos três anos, priorizando a prática e marcada por um caráter fortemente doutrinário, corporativo e conservador.

Amaro (2012) destaca que embora, desde seu período de emergência, haja tensões e disputas por duas direções para o Serviço Social, “uma mais conservadora e individual e outra mais reformista e comunitária” (pag. 99), a gênese da profissão é marcada pelo conservadorismo.

A década de 1960 pode ser considerada o segundo grande marco na formação dos assistentes sociais em Portugal, quando ocorre o que Branco (2009) define como uma reorientação da profissão. Tal reorientação ocorre como uma necessidade, resultante do próprio processo histórico que o país vive. O desenvolvimento do capitalismo e questões associadas à urbanização e industrialização exigem agentes dotados de uma formação mais completa, colocando para a formação em serviço social, um maior nível de exigências. Está posta a necessidade de revisão curricular e o debate em torno do estado assumir o ensino em Serviço Social, que até o momento se constituía apenas por escolas privadas.

Em 1956 a revisão na regulamentação pública estabelece que a formação em Serviço Social passa a ter, oficialmente, a duração de quatro anos, bem como a reconhece como curso superior. Como afirma Malainho (2016), outras mudanças são relevantes nesse processo: as condições de acesso ao curso são idênticas a qualquer outro curso superior e os cursos de Serviço Social passam a admitir alunos do sexo masculino.

No plano pedagógico,

Inicia-se uma reorientação paulatina da formação profissional, com uma progressiva introdução em termos curriculares das disciplinas em Ciências Sociais e dos métodos em serviço social (*case work, group work e community work*) sob a influência do serviço social americano e à semelhança do que ocorria nos países desenvolvidos e democráticos (BRANCO, 2009, pág. 63).

O mesmo autor ressalta que o período foi particularmente importante para o desenvolvimento da profissão, principalmente no que se refere a expansão do corpo profissional e no plano científico-técnico.



Apesar da contribuição do Serviço Social brasileiro ser mais acentuada na década de 1980, no processo de qualificação acadêmica do Serviço Social português, como veremos a seguir, é neste período que ocorre a primeira interlocução entre o Serviço Social brasileiro e o Serviço Social português.

Em um cenário desenvolvimentista, num quadro em que se iniciam e ampliam-se os movimentos de oposição, marcado entre outros pelo movimento católico da teologia da libertação, a resistência em relação ao endurecimento da ditadura pelo movimento sindical e estudantil, bem como a “tímida reforma marcelista do regime de feição modernizadora e de incremento à industrialização” é que se estreitam os laços entre o Serviço Social dos dois países”. (MARTINS e CARRARA, 2014, pág. 217)

Três assistentes sociais brasileiras, a partir de 1965, vieram para a docência das disciplinas “Serviço Social de Comunidades”, “Técnicas de Grupo”, “Serviço Social de Família” e “Supervisão”, na perspectiva desenvolvimentista com o apoio financeiro da Fundação *Calouste Gulbenkian* (MARTINS e CARRARA, 2014, pág. 218).

De acordo com Amaro (2012) é evidente a influência do pensamento da América Latina, já na década de 1960, marcadamente pelo que foi designado em Portugal como Serviço Social alternativo¹. Já nesta altura, o Serviço Social português tem acesso as primeiras produções do movimento de Reconceituação do SS latino-americano, como os Documentos de Araxá e Teresópolis, através da revista Debates Sociais do CBCISS, bem como a livros como de Vicente de Paula Faleiros. (MARTINS e SANTOS, 2016, pág. 114)

Assim, é possível afirmar que, segundo Amaro (2012, pág. 102), mesmo que este processo contestatório seja mais acentuado no período revolucionário, já na década de 1960 foram criadas condições para o “questionamento, afirmação e cientificação do Serviço Social, que tiveram nas escolas, designadamente no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, o seu ponto nevrálgico”.

A mesma autora ressalta para a aproximação do Serviço Social as ciências sociais na formação profissional e, no quadro de uma política mais desenvolvimentista e de abertura da “Primavera Marcelista”, o que direciona o Serviço Social para ações mais coletivas, revelando pela primeira vez a dimensão política da ação profissional.

O contexto sócio-político revolucionário da década de 1970 proporcionou ao serviço social português a aproximação com tendências mais críticas e contestatórias. As mudanças

¹ A expressão Serviço Social alternativo foi utilizada por Faleiros em discurso proferido, em 1980, aos formandos das Faculdades Metropolitanas Unidas, pois era o patrono da turma na ocasião. O discurso foi publicado na Revista Serviço Social e Sociedade n. 5 intitulado “*Por um Serviço Social Alternativo*”. O termo faz referência a uma profissão cujos valores se alinham à defesa dos direitos, próximo das periferias, participativo, o qual luta pela cidadania. Também Amaro em seu livro “Urgências e Emergências do Serviço Social” faz menção a este termo. Para maiores informações, ver FALEIROS (1981), AMARO (2012).



sociais, culturais e ideológicas influenciaram a formação profissional dos assistentes sociais e possibilitaram um intenso diálogo com o Serviço Social brasileiro.

Essa relação se dá principalmente pela presença de assistentes sociais que vieram a Portugal, refugiados da ditadura brasileira e possibilitaram o acesso a referências bibliográficas relacionadas ao Movimento de Reconceituação da América Latina, bem como ministraram aulas nos cursos de Serviço Social, possibilitando uma aproximação à perspectivas críticas do Serviço Social.

No plano da formação aprofunda-se, neste novo contexto, a influência das correntes do serviço social crítico e radical, e mais particularmente do designado movimento de reconceitualização do serviço social de origem latino-americana que conduzirá a um questionamento da metodologia clássica do serviço social (baseada na tríade caso, grupo e comunidade), à introdução de uma metodologia integrada e global e à concepção do assistente social como profissional comprometido com os interesses das classes excluídas e agente de mudança institucional (BRANCO, 2009, PAG. 64).

É claramente um momento em que autores brasileiros, como José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros, ganham destaque por seu envolvimento na organização política dos assistentes sociais em Portugal, bem como por promoverem a publicização das produções do Movimento de Reconceituação, em especial, ocorrido no Brasil.

São intensificados contatos entre a APSS e editoras estrangeiras, nomeadamente da América Latina, como a editora argentina ECRO, sendo recebido um manancial de documentação brutal que irá permitir a divulgação de obras de Serviço Social ao movimento de reconceituação (MARTINS e SANTOS, 2016, pag. 116).

Este período é referenciado por Carrara e Martins (2014) como um momento de interlocução entre o Serviço Social brasileiro e português com ênfase a formação e a organização da categoria nos marcos da reconceitualização. A autora destaca o importante papel que os assistentes sociais brasileiros tiveram na organização política, no envolvimento com a APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social de Portugal e na contribuição na criação da revista Cadernas, desta associação. (pag. 219)

Neste sentido, entendemos que a contribuição dos assistentes sociais brasileiros no processo de reflexão do Serviço Social português pós-revolução de 25 de abril de 1974 foi essencial nesse debate, principalmente no que tange a aproximação a um Serviço Social mais crítico.

Nas análises de Amaro (2012), esta visão considerada alternativa deu base para o processo de requalificação, cujo objetivo era a academização, concretizada pelo reconhecimento do grau de licenciatura (nível superior universitário) em Serviço Social



ocorrido em 1989, assim como a criação da carreira técnica superior pelo estado, constituindo-se como pontos de viragem fundamentais para o desenvolvimento da profissão.

Entre os anos de 1974 e 1984, de acordo com Malainho (2016, pag 97), as três escolas de serviço social do país, Instituto Superior de Lisboa, Porto e Coimbra, exigem o seu reconhecimento pelo estado como curso superior público. Em 1985/1986 os três institutos assumem o status de Ensino Superior, ainda de caráter privado, com planos curriculares de quatro anos. No entanto, até o ano de 1989 não conferiam qualquer grau acadêmico, mas sim um diploma profissional.

O ano de 1989 é um relevante marco histórico no processo do desenvolvimento acadêmico do Serviço Social português, fruto da luta das escolas, das organizações profissionais, de profissionais e estudantes, que culminou com o reconhecimento do grau de licenciatura e no ano posterior, com a consagração da carreira específica de serviço social na administração pública. (BRANCO, 2009)

Com a atribuição do grau de licenciatura, aos Institutos de Lisboa e Porto, a formação acadêmica de Serviço Social dá um salto qualitativo em termos de legitimação e reconhecimento social, passando, em termos da Lei de Base do Sistema Educativo, a situar-se no quadro do Sistema universitário (NEGREIROS, 1999 apud AMARO, 2012, pág. 73).

Segundo Amaro (2012), o processo de luta pela qualificação acadêmica colocou para o Serviço Social português uma necessidade até então pouco debatida, a preocupação com a fundamentação teórica das práticas, com o embasamento teórico do Serviço Social.

Neste sentido, damos destaque para o protocolo de cooperação mútua de Intercambio firmado entre o ISSS de Lisboa e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na criação do primeiro curso de mestrado em 1987 e de doutorado em 1997, o qual foi fundamental nesse processo de qualificação e academização do Serviço Social português.

O protocolo com a PUC foi ainda essencial para o reconhecimento formal do grau de licenciatura. Pela ausência de uma comissão técnica de peritos específicos do Serviço Social em Portugal, foi através da PUC que os cursos de Serviço Social foram avaliados no reconhecimento destes enquanto licenciatura. (MALAINHO, 2016 e; MARTINS e CARRARA, 2014).

Através dessa cooperação acadêmica e científica e por um período de quinze anos, um grupo de professores de Serviço Social da PUC-SP vem participar ativamente na formação dos primeiros mestres e doutores em Serviço Social portugueses. Com diferentes orientações teóricas vão contribuir para aprofundar as tendências críticas do Serviço Social associadas à José Paulo Netto, Myrian Veras Baptista, Maria do Carmo Carvalho, Úrsula Karsch, Aldaíza Sposati, Carmelita Yasbek, Vicente de Paula Faleiros, Marilda Iamamoto. (MARTINS e SANTOS, 2016, pag. 119)



Este período, em nossas análises, é o período em que a relação entre o Serviço Social brasileiro e português é mais marcante no qual o Serviço Social brasileiro teve papel relevante no processo de qualificação acadêmica do Serviço Social em Portugal.

Resultou deste processo: a qualificação acadêmica de mestres e doutores de Serviço Social portugueses, alguns eram professores dos Institutos Superiores de Serviço Social (Lisboa, Porto e Coimbra), outros exerciam a profissão em serviços públicos ou privados; a criação de cursos de mestrado e doutoramento em Serviço Social, reconhecidos pelo Ministério da Educação, respectivamente em 1995 e 2003, já com a participação de doutores portugueses de Serviço Social titulados pela PUC/SP; a transformação do *Núcleo de Investigação de História do Serviço Social* em associação científica, em 1993 – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), credenciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 1999, como unidade de Investigação e Desenvolvimento (CARRARA e MARTINS, 2014, pag.220).

O protocolo de cooperação com a PUC SP foi importante não apenas na luta pelo reconhecimento da licenciatura com o processo de qualificação docente, mas para compor e caracterizar uma “geração” dos assistentes sociais portugueses, fortemente influenciada pelo Serviço Social brasileiro reconceituado.

Apesar da relevância das contribuições do Serviço Social brasileiro na trajetória sócio-histórica do Serviço Social em Portugal, atualmente esta interlocução encontra-se fragilizada. Tal processo de distanciamento entre o Serviço Social brasileiro e o português pode ser percebido a partir dos anos 2000, reforçado pelo contexto de reforma no Ensino Superior em Portugal e na Europa.

A partir da década de 1990 o Serviço Social português vive uma nova fase. Após a formação de uma geração de mestres, oriundos do protocolo de cooperação com a PUC, foram criados os primeiros cursos de mestrado em Serviço Social nos Institutos de Serviço Social de Lisboa e Porto, em 1995/96 e o primeiro curso de doutorado em 2003. Os anos 2000 caracterizam a inserção do Serviço Social pela primeira vez em uma universidade pública. “Em um período de dez anos passou-se de três para vinte e dois cursos de licenciatura em Serviço Social em Portugal e é nesse período que a categoria profissional inicia o debate e a proposta de criação da ordem dos assistentes sociais (OAS)”. (MARTINS e SANTOS, 2016)

Destacamos ainda um processo de grande relevância que altera os rumos da formação acadêmica em Portugal: o Processo de Bolonha. De acordo com Tomé e Martins (2008), o Processo de Bolonha é um compromisso assumido pelos países europeus visando harmonizar os graus e diplomas atribuídos, facilitando as equivalências de cursos nas universidades destes países, bem como facilitando sua mobilidade e a empregabilidade dos estudantes no espaço comunitário.



De acordo com as análises de Tomé e Martins (2016), o discurso da mobilidade, empregabilidade e da competitividade se tornou institucionalizado em Portugal, configurando-se como um desafio político e cultural, próprios do sistema de ensino superior em Portugal. Assim, entendemos que é preciso ter clareza dos processos desencadeados por Bolonha para além de seu discurso e dos impactos que ele teve na formação em Serviço Social.

No que se refere especificamente a formação em Serviço Social, a maior preocupação aparece relacionada a duração dos cursos. Como aponta Malainho (2016), a discussão da reestruturação do Ensino Superior em Portugal para Bolonha centrou-se na relação entre os perfis profissionais e o tempo de formação.

Com a adequação a Bolonha, os cursos têm a flexibilidade para optarem por três anos na licenciatura e dois anos no mestrado. Os cinco anos de licenciatura não são garantidos e há o aligeiramento da formação, voltada “fundamentalmente, para atender às necessidades do mercado e não da população”. (MARTINS e SANTOS, 2016, pág. 19).

Atualmente Portugal possui dezessete cursos de licenciatura em Serviço Social, seis ofertados em instituições públicas e onze em instituições privadas. Dos dezessete cursos, doze localizam-se em universidades ou institutos universitários e cinco encontram-se em institutos politécnicos. Existem ainda dez programas de pós-graduação, nível de mestrado, e três programas de pós-graduação de doutoramento², todos adequados às orientações de Bolonha.

O que percebemos é que o atual momento da formação acadêmica em Serviço Social possui um certo afastamento do Serviço Social brasileiro. Analisando os planos de ensino dos cursos de Serviço Social do 1º. Ciclo percebemos que esta interlocução com o Brasil foi se diluindo ao longo dos anos e hoje encontra-se focalizada em determinadas escolas e em determinados professores.

Outro aspecto se refere a necessidade de afirmação da profissão relacionada a uma cientificidade ao Serviço Social e neste sentido, uma busca por um Serviço Social “mais neutro”. Nesta análise, o Serviço Social brasileiro poderia ser um obstáculo para esse processo de cientificização do Serviço Social em Portugal, visto sua marca “ideologizada”.

A questão se que coloca é que o Serviço Social brasileiro está, na maioria das vezes, associado ao marxismo, ao Serviço Social radical, o que para alguns é motivo que marca o serviço social de qualidade e profundidade teórica e para outros, motivo de críticas.

² Conforme informações da A3ES. Disponível em: WWW.a3es.pt.



2.2 Os cursos de Serviço Social em Portugal hoje e a produção bibliográfica brasileira

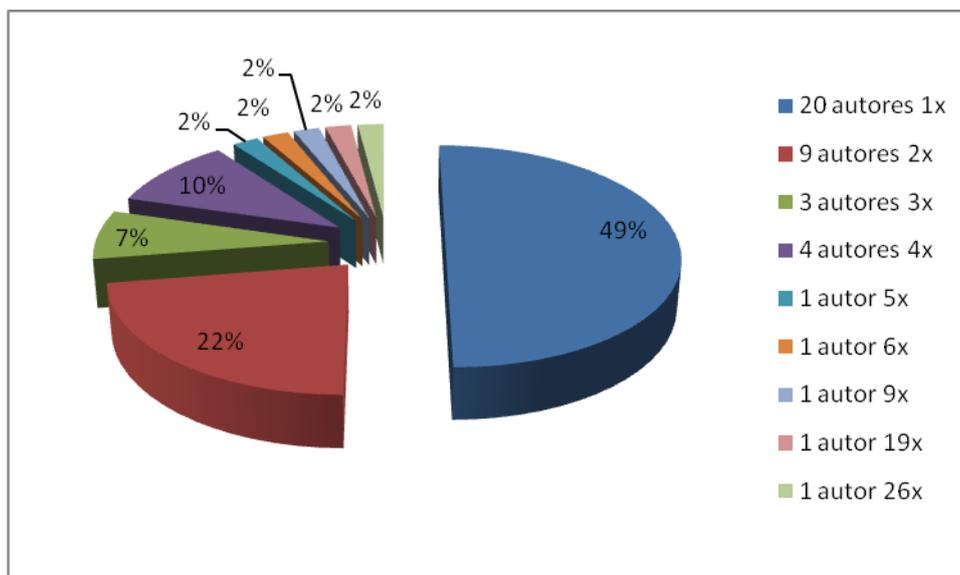
A análise do mapeamento da produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro vem ratificar a compreensão de que esta interlocução já foi maior e atualmente se percebe em determinadas escolas e/ou determinados professores, nos programas de unidades curriculares que se identificam com a perspectiva crítica.

Assim como analisou Martins e Santos (2016), as tendências críticas no Serviço Social não tem muita expressão em Portugal atualmente, e que seu “ponto alto” foi atingido no processo de qualificação acadêmica, por meio do intercambio de cooperação científica com a PUC São Paulo, mais uma vez relacionando o Serviço Social brasileiro a perspectiva crítica e que hoje não tem ressonância.

As referências bibliográficas de autores do Serviço Social brasileiro presentes no mapeamento dos cursos de Serviço Social do 1º. Ciclo em Portugal apresentam uma diversidade de autores, com perspectivas teóricas diferentes, o que não marca uma influência homogênea do Serviço Social brasileiro em Portugal na atualidade.

Sobre essa diversidade de autores, o gráfico 1 apresenta a quantidade de vezes em que cada autor é citado, sendo:

Gráfico 1 - Quantidade de vezes em que cada autor é citado nas referências bibliográficas



Os cinco autores brasileiros mais citados nos programas das unidades curriculares são: 1º. Vicente de Paula Faleiros (citado 26 vezes); 2º. Miryan Veras Baptista (citada 19

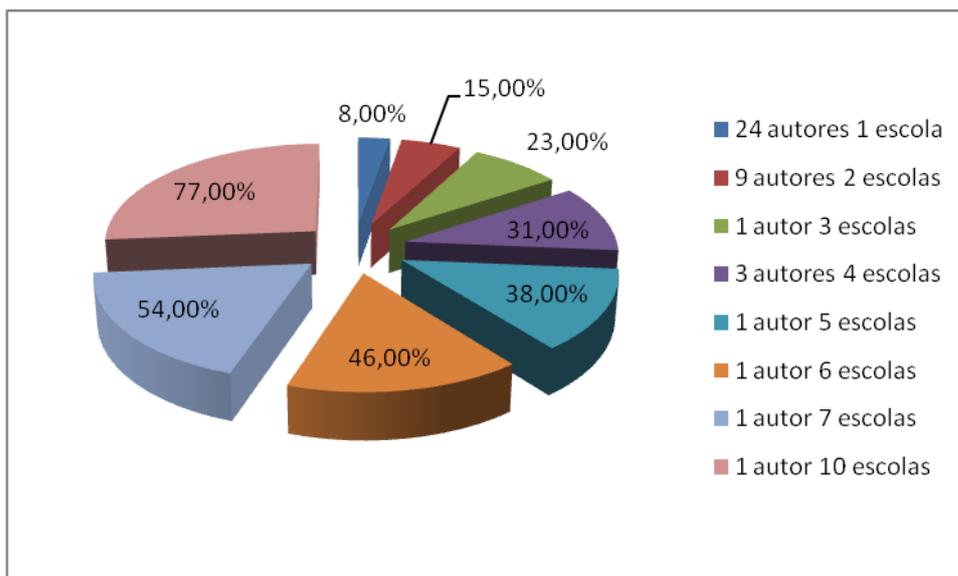


vezes); 3º. Marilda Vilela lamamoto (citada 9 vezes); 4º. José Paulo Netto (citado 6 vezes) e; 5º. Maria Lúcia Barroco (citada 5 vezes).

Apesar da relevância de José Paulo Netto na trajetória sócio-histórica do Serviço Social português, referenciado por diversas produções, este é o 4º. Autor mais citado. O atual distanciamento do Serviço Social português da perspectiva marxista e o diálogo com outras fontes aproxima a formação de autores como Vicente de Paula Faleiros, o autor mais citado nas referências bibliográficas, um autor, considerado pelos próprios portugueses como crítico, mas não marxista.

A análise se repete quando observamos as referências bibliográficas por escola. Ao analisarmos a quantidade de escolas em que cada autor é mencionado, a classificação praticamente se repete, sendo: 1º. Vicente de Paula Faleiros, citado por dez das treze escolas analisadas; 2º. Miryan Veras Baptista, citada por sete escolas; 3º. Marilda Vilela lamamoto, citada por seis escolas; 4º. Jose Paulo Netto, citado por cinco escolas e; 5º. Maria Lucia Barroco, citada por quatro das treze escolas analisadas.

Gráfico 2 – Referência Bibliográfica por escola



As informações referentes as produções bibliográficas brasileiras contidas nos programas das unidades curriculares das escolas de Serviço Social portuguesas já demonstram uma aproximação com o Serviço Social brasileiro por duas correntes, a primeira, que ratifica a vinculação histórica, do Serviço Social crítico e marxista, com autores como José Paulo Netto e Marilda Vilela lamamoto e uma segunda corrente que busca um serviço social aberto a outras perspectivas teóricas.

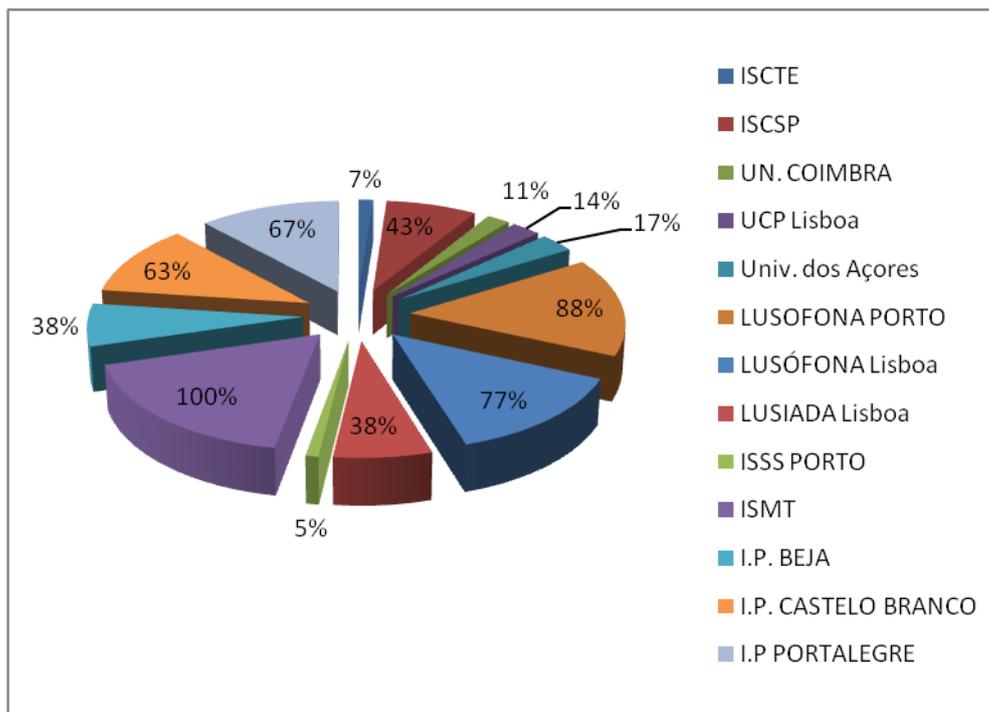
A segunda corrente tem como principal expoente Vicente de Paula Faleiros que aparece como sendo o mais citado em relação ao número de escolas (dez das treze escolas



utilizam alguma referência bibliográfica do autor), bem como pela quantidade de vezes em que suas publicações aparecem nos programas das unidades curriculares.

Mesmo diante de duas correntes distintas, duas formas de aproximação do Serviço Social português ao Serviço Social brasileiro, atualmente entendemos que essa aproximação é incipiente e focalizada. O gráfico abaixo demonstra esta análise:

Gráfico 3 - Unidades Curriculares que possuem referência bibliográfica brasileira específica do SERVIÇO SOCIAL



Como podemos perceber, poucas são as escolas que possuem referências bibliográficas em suas unidades curriculares. As evidências são mais marcantes nas universidades Lusófonas, de Lisboa e Porto, cujo quadro docente ainda prevalecem professores com mestrado e doutorados realizados na PUC São Paulo, bem como no Instituto Superior Miguel Torga, que é a grande referência da presença do Serviço Social brasileiro na direção da formação dos assistentes sociais portugueses.

3. CONCLUSÕES

A relação entre o Serviço Social brasileiro e o português é histórica e pode ser constada em diversas produções acadêmicas. As contribuições do Serviço Social brasileiro na formação acadêmica dos assistentes sociais portugueses são significativas, principalmente em dois momentos: no período revolucionário, com o acesso a produções



oriundas no Movimento de Reconceituação latino Americano, de caráter e com a presença de assistentes sociais brasileiros, exilados da ditadura no Brasil. E posteriormente e mais marcante, na luta pela qualificação acadêmica do Serviço Social português, com a parceria com a PUC São Paulo, com os cursos de mestrado e doutorado, o que resultou na formação de uma geração de professores e assistentes sociais formados por uma perspectiva crítica e alinhada ao Serviço Social brasileiro.

Em nossa avaliação, este é o grande momento da relação entre os dois países, entre o Serviço Social brasileiro e português e para que o Serviço Social português atingisse um patamar de qualificação e reconhecimento profissional.

Como vimos, essa relação se modificou nos últimos anos. O Serviço Social português pela sua diversidade e ecletismo tem se alinhado a tendências europeias, principalmente francófonas e anglo-saxônicas. A relação com o Brasil, no entanto, não se desfez, sobrevive em determinadas escolas e numa geração de professores que ainda estão nos quadros docentes das escolas, no diálogo com uma nova geração.

Não nos cabe aqui realizar análises futuras, mas acreditamos que esta relação poderá ser retomada e fortalecida mediante dois aspectos: o primeiro refere-se aos programas de doutoramento e pós-doutoramento promovidos pelas agências de fomento e pesquisa (CAPES, CNPQ), cujos brasileiros, com financiamento de bolsas, realizam suas pesquisas em Portugal. A língua e a familiaridade entre os contextos sócio, econômico e político brasileiro e português podem ser facilitadores nesse processo.

Da mesma forma que, tal contexto de crise do capital, com políticas de austeridade podem unir os dois países, no que tange os desafios colocados ao Serviço Social no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Maria Inês. Urgências e emergências do Serviço Social. Fundamentos da profissão na contemporaneidade. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2012.

BRANCO, Francisco. A investigação em Serviço Social em Portugal: trajectórias e perspectivas. Locus Soci@I. Revista de Serviço Social, Política Social & Sociedade. Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da UCP. N.1. p.47-63. 2008.

_____. A profissão de Assistente Social em Portugal. Revista Locus Soci@I, n. 3, p. 61-89, 2009a

_____. Assistentes Sociais e profissões sociais em Portugal: notas sobre um itinerário de pesquisa. Revista Locus Soci@I, n. 2, p. 7-19, 2009b.

CARVALHO, Maria Irene; PINTO, Carla. Org. Serviço Social. Teorias e Práticas. Lisboa: Pactor, cop. 2014 - XXIV, 480



_____.; _____. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 121, p. 66-94, jan/mar, 2015.

MARTINS, Alcina. A formação acadêmica dos Assistentes Sociais: Uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no Estado Novo. Coimbra, 1996. (artigo compartilhado pela autora em julho de 2017)

_____. 70 anos de formação em Serviço Social em tempos de ditadura e de democracia: da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga. Interações, Lisboa, n. 17, p. 21-44, 2009.

_____. Serviço Social e investigação. In: NEGREIROS, M. et al. Serviço Social: profissão e identidade — que trajetória? Lisboa/São Paulo: Veras, 1999a. p. 45-63

MARTINS, Alcina Maria; SANTOS, Cláudia Mônica. Tendências Críticas na Formação do Assistente Social em Portugal. In: MARTINS, A.; SANTOS, C.; SIMÕES, D.; FERREIRA, J.; BRAZ, M. Serviço Social Portugal – Brasil. Formação em Tempos de Crise. Papel Social, Campinas, 2016.

_____.; _____. A formação do assistente social em Portugal:tendências críticas em questão. *Revista Katálasys.*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 324-332, out./dez. 2016

MARTINS, A.; TOMÉ, R. Formação contemporânea do Serviço Social em Portugal. Revista Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 21,p. 153-169. Rio de Janeiro, 2008.

_____.; _____. Regressividade no Serviço Social português: impactos de Bolonha e da austeridade na formação e no trabalho. In: ALVES, M.; TORRES, L.; DIONÍSIO, B; ABRANTES, P. (Org.) *A educação na Europa do Sul*. Constrangimentos e desafios em tempos incertos. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 335-356. (artigo compartilhado pelas autoras em julho de 2017)

MARTINS, A.; CARRARA, VÍRGÍNIA. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. Revista Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1º. Semestre de 2014 - n. 33, v. 12, p. 205-227. Rio de Janeiro, 2014.

MALAINHO, Adelaide. A formação em Serviço Social em Portugal. In: MARTINS, A.; SANTOS, C.; SIMÕES, D.; FERREIRA, J.; BRAZ, M. Serviço Social Portugal – Brasil. Formação em Tempos de Crise. Papel Social, Campinas, 2016.